



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura em Direito

1. Nome da Unidade curricular:

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Raquel Brízida Castro

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/a

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Dotar os alunos das competências científicas e instrumentos teóricos e práticos de Justiça Constitucional que lhes permita lidar com questões jurídico-constitucionais relevantes, nas suas várias abordagens e contextos possíveis.

6. Conteúdos programáticos:

PARTE I - O SISTEMA PORTUGUÊS DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE E O CONTENCIOSO CONSTITUCIONAL

1. O sistema de Atos Normativos no Ordenamento Jurídico-Constitucional Português
2. A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade na ordem jurídico-constitucional vigente
3. A Fiscalização Concreta da Constitucionalidade na ordem jurídico-constitucional vigente
4. As Omissões Normativas lesivas de direitos fundamentais.

PARTE II - JUSTIÇA CONSTITUCIONAL: CIBERESPAÇO E TECNOLOGIA

5. Impactos Jurídico-Constitucionais da nova Regulação Tecnológica e Digital
6. *Plurinormativismo Tecnológico e Digital e Administração Regulatória Global*
7. Os desafios constitucionais da Regulação da Inteligência Artificial (IA)
8. As perplexidades jurídico-constitucionais da “*nova Constituição Tecnológica e Digital*” da UE:

PARTE III – O FUTURO DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NA UE

PARTE III - JUSTIÇA CONSTITUCIONAL DE EMERGÊNCIA

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos desta Unidade Curricular estão em consonância com os seus objetivos pedagógicos, privilegiando uma abordagem teórico-prática da Justiça Constitucional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. Metodologias de ensino:

Nesta Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino e aprendizagem:

1. Aulas teóricas: exposição teórico-problemática dos conteúdos programáticos, suscetíveis de estimular o espírito crítico dos discentes.
2. Aulas práticas [discussão e resolução de casos práticos, análise de Acórdãos];

9. Avaliação:

A avaliação contínua processar-se-á da seguinte forma:

- Participação nas aulas, Apresentação Oral e Discussão na Aula de Jurisprudência pelos alunos – (50 por cento);
- Elaboração de um Trabalho Escrito ou, em alternativa, realização da Prova de Avaliação Contínua (50 por cento)

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino delineadas estão em coerência com os objetivos de aprendizagem, atenta a relevância da dupla natureza teórico-prática das respetivas aulas, inclusive a discussão de artigos científicos, a análise de jurisprudência e a resolução de casos práticos.

11. Bibliografia principal:

1. O Sistema Português de fiscalização da constitucionalidade

BLANCO DE MORAIS, Carlos

(2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

(2024b) “Entre a Constituição invisível da União Europeia e o Crepúsculo da Justiça Constitucional: O que sobrar para os Tribunais Constitucionais da UE?”, in *Novos Estudos Sobre a Constituição*, Coord. Lúcia Amaral, Vitalino Canas, Rui Medeiros, Carlos Blanco de Moraes e Paulo Mota Pinto; Edições Assembleia da República, no prelo;

(2024a) “Os efeitos típicos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral como limite do primado do direito da União Europeia no ordenamento jurídico-constitucional português”, in *Revista do CEJ, (número comemorativo dos 40 anos do Código Penal)*; 2023-I; pp. 69-100;

(2022) “A eventual tangibilidade do caso julgado fundado em normas inconstitucionais sancionatórias menos favoráveis: breves notas sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*; n.º 35;

(2015) “Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução”, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, 2015, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;

(2012) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(2012) "Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias", in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

2. Justiça Constitucional: Ciberespaço e Tecnologia

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

(2024) "Entre a Constituição invisível da União Europeia e o Crepúsculo da Justiça Constitucional: O que sobrar para os Tribunais Constitucionais da UE?", in *Novos Estudos Sobre a Constituição*, Coord. Lúcia Amaral, Vitalino Canas, Rui Medeiros, Carlos Blanco de Moraes e Paulo Mota Pinto; Edições Assembleia da República, no prelo;

(2023) *Direito Constitucional: Ciberespaço e Tecnologia. Declínio do Constitucionalismo na UE?*, Almedina: Coimbra;

(2023) "Ethics versus Law in the Regulation of Artificial Intelligence: Ethics a la carte?", in *ELPIS v-Law Review on «Artificial Intelligence and the Law»*, number 7;

(2023) "Impactos jurídico constitucionais do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: (novas e velhas) Luzes e Sombras do direito constitucional europeu no ordenamento jurídico-constitucional português", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers*;

(2023) "New Technologies, Cyberspace and Constitutional Mutations: From the loss of Algorithmic innocence to the juridical-constitutional relevance of technological facts and norms", in *Mundo Digital, Inteligência Artificial e Proteção de Dados*, Grupo de Pesquisa Dignidade Humana e Estado Democrático de Direito da PUC-SP e CIJIC – Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da FDUL; no prelo;

(2022) *Cyberspace and Constitution* (October 26, 2022). *Lisbon Public Law Working Paper No. 2*, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4259138> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4259138>

3. Justiça Constitucional de Emergência

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

(2022) *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina: Coimbra;

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course

1. Curricular Unit Name:

Constitutional Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Raquel Brízida Castro

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N/a

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Equip students with the scientific skills and theoretical and practical instruments of Constitutional Justice that allow them to deal with relevant legal-constitutional issues, in their various possible approaches and contexts.

6. Syllabus:

PART I - THE PORTUGUESE SYSTEM OF CONSTITUTIONAL REVIEW AND CONSTITUTIONAL LITIGATION

Chapter I- Abstract Review of Constitutionality in the current legal-constitutional order

3. Prior Review of the Constitutionality: Assumptions and Effects;
4. Successive Abstract Review of Constitutionality: Assumptions;
5. The Effects of the Declaration of Unconstitutionality with General Biding Force
6. The Possible Tangibility of Res judicata Based on Less Favorable Unconstitutional Sanctions

Chapter II - Concrete Review of Constitutionality in the current legal-constitutional order

7. Constitutional appeals to the Constitutional Court: Types, Assumptions and Effects of decisions
8. The concrete control of regulatory omissions harmful to fundamental rights
9. Balance sheet and perspectives

PART II - CONSTITUTIONAL JUSTICE: CYBERSPACE AND TECHNOLOGY

Chapter III - Legal and Constitutional Impacts of the new Technological and Digital Regulation

10. The Denationalization of Technological and Digital Regulation of Fundamental Rights in the EU: On the Invisible Constitutionalization of the EU, the New Constitutionalism and the Limits of Private Digital Constitutionalism



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11. The Resilience of Constitutional Principles to the Technological Revolution: Paradigmatic Cases,

Chapter IV - Technological and Digital Plurinormativism and Global Regulatory Administration

12. Global Digital and Technology Regulatory Administration

13. From the Constitutional Admissibility of the Delegation of Regulatory Public Powers to Private Entities of the Rights and Freedoms of Expression and Information.

Chapter V - The constitutional challenges of the Regulation of Artificial Intelligence (AI)

14. Ethics and Law in AI Regulation

15. EU Risk Regulation in AI: "*Lawful by Default*"?

16. Fundamental Rights *By Default* or *By Design*: Algorithmic Transparency and Justice

17. The constitutional problems of the EU Artificial Intelligence Regulation Proposal: Description and Critical Assessment

Chapter VI - The legal and constitutional perplexities of the EU's "new Technological and Digital Constitution":

18. The "*New EU Digital Constitution*" Digital Services (DSA), Digital Markets (DMA) and Media Freedom (EMFA) Acts

19. From the "*Good Samaritans*" to the Improper Removals of Contents

20. Private Entities, Restrictive or Censorial Unilateral Public Authorities?

Chapter VII - The Future of Constitutional Justice in the EU in the Digital and Technological Era

21. The Transformation of Constitutional Courts and the Future of Constitutional Justice in the EU

22. The Devitalisation of the EU Constitutional Courts

23. The Constitutional Limits of the Primacy of EU Law in Portuguese Constitutional Jurisprudence.

24. Abstract Control of Constitutionality and Confrontation of Systems: The Conflicting Dimension of European Constitutional Law. The judgment of TC No 268/2022.

PART III - EMERGENCY CONSTITUTIONAL JUSTICE

Chapter VIII - The Constitution of Crisis and Emergency

25. Theoretical models of emergency powers

26. The Portuguese emergency model: the Constitution of emergency rights and powers

27. Review of constitutionality in times of emergency

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus of this Curricular Unit is in line with its pedagogical objectives, privileging a theoretical-practical approach to Constitutional Justice.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

In this course, the following teaching and learning methodologies will be used:

1. Theoretical classes: theoretical-problematic exposition of the programmatic contents, capable of stimulating the critical spirit of the students.

2. Practical lessons [discussion and resolution of practical cases, analysis of judgments];

9. Evaluation:

A) Participation in classes, Oral Presentation and Discussion in the Class of Jurisprudence by students - (50 percent);
B) Preparation of a Written Paper or, alternatively, completion of a Written Final Test at the end of the Semester (50 percent)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The teaching methodologies outlined are consistent with the learning objectives, attentive to the relevance of the dual theoretical-practical nature of the respective classes, including the discussion of scientific articles, the analysis of jurisprudence and the resolution of practical cases.

11: Main Bibliography:

PART I - THE PORTUGUESE SYSTEM OF CONSTITUTIONAL REVIEW AND CONSTITUTIONAL LITIGATION

BLANCO DE MORAIS, Carlos

- (2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

- (2023) "Os efeitos típicos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral como limite do primado do direito da União Europeia no ordenamento jurídico-constitucional português", in *Revista do CEJ, (número comemorativo dos 40 anos do Código Penal)*; no prelo;
- (2022) "A eventual tangibilidade do caso julgado fundado em normas inconstitucionais sancionatórias menos favoráveis: breves notas sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022", in *Boletim da Ordem dos Advogados*; n.º 35;
- (2015) "Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas "ad casum" e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução", in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, 2015, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;
- (2012) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;
- (2012) "Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias", in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

PART II - CONSTITUTIONAL JUSTICE: CYBERSPACE AND TECHNOLOGY

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

- (2023a) "New Technologies, Cyberspace and Constitutional Mutations: From the loss of Algorithmic innocence to the juridical-constitutional relevance of technological facts and norms", in *Mundo Digital, Inteligência Artificial e Proteção de Dados*, Grupo de Pesquisa Dignidade Humana e Estado Democrático de Direito da PUC-SP e CIJIC – Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da FDUL; no prelo;
- (2023b) "Nótula Introdutória ao Direito Constitucional do Ciberespaço", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia*, Coimbra, 2023; no prelo;
- (2023c) "Impactos jurídico constitucionais do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: (novas e velhas) Luzes e Sombras do direito constitucional europeu no ordenamento jurídico-constitucional português", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers*; 2023, no prelo;
- (2022) *Cyberspace and Constitution* (October 26, 2022). *Lisbon Public Law Working Paper No. 2*, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4259138> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4259138>
- (2021) "O pecado mortal da Carta de Direitos Digitais", 29 Maio de 2021, in *CM Jornal*: <https://www.cmjornal.pt/opiniao/colunistas/detalhe/20210529-0135-o-pecado-mortal-da-carta-de-direitos-digitais>
- (2020) "Proteção de dados e comércio jurídico: CNPD em Vénus, STA em Marte", in *Liber Amicorum Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos*, *Revista de Direito Comercial*; ISSN 2183-9824; Disponível em: <https://www.revistadedireitocomercial.com/protECAo-de-dados-e-comercio-juridico>;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2019) “Regulação do Ciberespaço: Projeções Constitucionais do novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório”, in *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*; Coord. Carla Amado Gomes, Rute Saraiva, Ricardo Pedro e Fernanda Maças; ISBN 978-972-629-346-0; pp. 367-412;
- (2018) ““ Ways not to read” o RGPD”, in *Cyberlaw By CIJIC*, Edição n.º 6; Setembro/Outubro 2018; ISSN 2183-729; Disponível online: www.cijic.org/publicacao
- (2017) “Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas”, in *Sobre os 40 Anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAFDL: Lisboa; pp. 114-165;
- (2017) “Ciberespaço e Constituição”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017; http://boletim.oa.pt/oa-02/opiniaao_raquel-alexandra-brizida-castro
- (2016) *Constituição Lei e Regulação dos Media*, Almedina: Coimbra;
- (2016) “Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo?””, in *Cyberlaw By CIJIC, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, n.º 1, disponível online: <http://www.cijic.org/publicacao/~>

PART III - EMERGENCY CONSTITUTIONAL JUSTICE

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

- (2022a) *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina: Coimbra;
- (2022b) “Justiça constitucional em tempos de emergência”, in *Observatório Almedina*; agosto 2022; disponível: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2022/08/24/justica-constitucional-em-tempos-de-emergencia/>
- (2022c) “Algumas notas processuais sobre o controlo de constitucionalidade de normas de emergência na ordem jurídico-processual portuguesa: Em especial, a jurisprudência constitucional e administrativa da Pandemia”, in *Impacto da Pandemia da Covid-19 nas Estruturas do Direito Público*, Coord: Carlos Blanco de Moraes, Miguel Nogueira de Brito e Miguel Assis Raimundo, Almedina: Brasil; pp. 279-319;
- (2022d) “O princípio da garantia do equilíbrio institucional de poderes como limite negativo intangível da Constituição portuguesa de emergência”, in *O Direito Público .e a Crise Pandémica*, Coord. Francisco Pereira Coutinho, Dulce Lopes e Catarina Botelho; Edição: FCT, Nova School of Law e CEDIS – Centro de I&D sobre Direito e Sociedade; pp. 77-115. Disponível: <https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2022/10/O-DIP-e-a-Crise-Pandemica.pdf>
- (2021) “Eleições em Estado de Exceção?”, in *Observatório Almedina*, 22 jan 2021: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2021/01/22/eleicoes-em-estado-de-excecao/?fbclid=IwAR3APuAuZ4h7-7liToC8okcVZtAyHVvCuJPY3TLqtriuceqjagNsEkjY>
- (2020) “Direito Constitucional em tempos de pandemia: Pode a Constituição sobreviver a crises sanitárias?” “Constitutional Law in times of pandemic: Can the Constitution survive health crises?” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, número 1 de 2020 (ano LXI), Número Temático: Covid-19 e o Direito; issn 0870-3116; pp. 645-679: https://drive.google.com/file/d/1hYglOv6WWR7FwmCICDBQYB4_PVk9f0-1/view
- (2020) “Perigos da Comunicação: o Direito como instrumento regulador em período de exceção constitucional e em período de normalidade constitucional”, palestra proferida em conferência virtual da AAFDL - Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa: https://www.youtube.com/watch?v=UbCv0_3BS1E&feature=share&fbclid=IwAR1WOC_t-v4Fo89TdRyqgCdrUeBnBKjmH2226g-FdBhTl6qy2D7VGaP1gpM

12: Remarks:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.